

05-11-2019

Retornando às origens da Saúde Pública para entender o Direito Humano à Saúde no Brasil

Marcos Besserman Vianna

[Pesquisador e Vice-Coordenador do Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural da ENSP/Fiocruz]

Partindo do pressuposto de que nenhum conhecimento se aprende apenas nos bancos escolares, nos laboratórios, nos hospitais, e assim por diante, o conhecimento só tem sentido se for para ajudar o homo sapiens a melhorar a vida. Portanto, a medicina não se aprende unicamente em hospitais e/ou estudando células, mas também nas ruas, nos bairros, entendendo o porquê e de quê as pessoas adoecem. Médicos não são para serem bem arrumados, usando vestimentas e linguagem que os afasta das pessoas. Também não são para cobrar custos altíssimos e usar seus jalecos para vender pílulas que a indústria farmacêutica os convence a prescrever, sem se importar com os riscos futuros à vida das pessoas.

Anti-Inflamatórios e antidepressivos são ícones de tantos outros, assim como o abuso de antibióticos e sinvastatinas. Deveriam, sim, estar indo aos locais e comunidades que mais necessitam dos seus serviços. A função dos médicos é servir às pessoas, lidar com o sofrimento humano. O médico tem que investigar e entender as relações entre a situação econômica e a saúde, deixar de ser um feiticeiro para converter-se em um ativista social e um pesquisador. Me exasperam as “curas maravilhosas” e as “novas tecnologias e novos medicamentos” que os médicos oferecem geralmente às suas clientela particulares, frequentemente enganando que estão curando as crianças, mas sem intervir nas verdadeiras causas de suas enfermidades, que são sociais. As cirurgias, as técnicas diagnósticas mais sofisticadas, geralmente de difícil acesso para a maioria da população, os especialistas, os antibióticos por mais maravilhosos que sejam, salvam menos vidas que a água limpa. Numa sociedade de classes, as relações que se estabelecem entre elas determinam diferentes possibilidades e restrições ao desenvolvimento da vida e, conseqüentemente, diferentes formas ou possibilidades de viver, adoecer e morrer. De acordo com o pertencimento de classe terá maior ou menor desgaste no trabalho e maior ou menor possibilidade de acesso aos bens da produção social. Na conjuntura brasileira, a estratificação da população em classes sociais expressa fortemente o contexto da iniquidade social, de acesso ao poder e de oportunidades. Esta reprodução das iniquidades sociais configura e contribui para a distribuição desigual e injusta dos fatores materiais, biológicos, psicossociais e comportamentais, produtores de saúde e bem-estar, e resultam em distintos perfis epidemiológicos e padrões de acesso a bens e serviços.

A [Declaração Universal dos Direitos Humanos](#) inspira-se numa ética altruísta que respeite a vida, reconheça e consagre a diferença, mas não a discriminação, se esforce por promover a igualdade de oportunidades, inclusive de saúde, e a conquista

da autonomia da pessoa através do exercício das responsabilidades com a comunidade, a sociedade e o planeta. Uma pedagogia dos direitos humanos dirigida às crianças de maneira apropriada, desde idades precoces, na escola e fora dela, contribuirá a médio e longo prazo para fazer penetrar esta ética no conjunto do corpo social e mudar o olhar da sociedade, sobretudo no que se constitui em atentado à dignidade humana. Se a família, a escola e outras instâncias similares priorizarem a transmissão deste patrimônio da humanidade, poderão contribuir para a intensificação da humanização das sociedades, que se concretizará no exercício da cidadania, na coesão social, na saúde integral e em frutíferas relações humanas e sociais. Sob o ponto de vista da saúde propriamente dita, o art. XXV da referida declaração preconiza que toda pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para assegurar a sua saúde.... O que se pode, então, entender por nível de vida suficiente? Trata-se de uma questão que pode obter várias respostas. Mas ninguém poderá contestar o fato de que a noção de vida suficiente implica pelo menos a possibilidade de cada um poder satisfazer certas necessidades: alimentação, habitação, vestuário, serviços domésticos e comunitários, como abastecimento de água, instalações sanitárias, serviços de saúde e educação. Significa, também, que cada um tem direito a trabalhar para poder levar uma vida decente e de um sistema de segurança social que auxilie os que por razões diversas não têm acesso a trabalhos remunerados condignamente.

O que acontece, de forma avassaladora nestes últimos anos, é que o desemprego e a retirada de direito de trabalhadores, ao aumentarem vertiginosamente, estão deixando muitas pessoas e suas famílias sujeitas ao imponderável de circunstâncias cada vez mais adversas. A interação entre o desemprego e a saúde pode jogar em dois sentidos: uma pessoa com saúde precária, que até pode ser estigmatizada, pode ter mais riscos de perder ou de vir a encontrar um emprego; ao inverso, a saúde pode ser alterada pelo desemprego e sobretudo o de longa duração.

Diante dessas ponderações afirmo: **a defesa dos Direitos Humanos é a luta médica mais urgente nos tempos atuais do Brasil**. Pensando assim poderemos combater visões que se propagam como a de que a violência que padecemos é cega e insensata. Que vivemos uma violência amorfa, indiscriminada, louca. Pois é exatamente o contrário. O atual recurso ao assassinato é metódico, organizado e racional.

Com um retrato epidemiológico das vítimas da violência podemos delinear a face precisa das futuras vítimas.

Pobres, negros, mulheres, LGBTI, ativistas dos direitos humanos nos campos e nas cidades. Adolescentes e crianças, que num futuro próximo serão as maiores vítimas da degradação social do fascismo.

A democracia em si não é necessariamente boa.

Só é boa se realiza seu ideal democrático, isto é, a criação de uma sociedade onde não haja discriminação e na qual todos possam desenvolver sua personalidade livremente, algo que o fascismo nega completamente. ■■■

OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.